GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO DIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Madalena, 21 de maio de 2018

Discurso de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores,
Vasco Cordeiro

"No dia em que, de forma especial, celebramos os Açores, quero começar por saudar os Açorianos, quero começar por saudar o Povo Açoriano, verdadeiro obreiro e destinatário último deste projeto de vivência comum que é a nossa Autonomia.

Estejam nas nossas ilhas, ou em qualquer outra parte do mundo a que a vontade ou a necessidade vos levaram, este é o nosso dia, o dia maior da Açorianidade, no qual, simultaneamente, celebramos a Identidade, a Região e a Autonomia.

Este ano fazemo-la, a essa celebração, nesta ilha do Pico, "ancoradouro de aves, poetas e baleeiros", no dizer de Almeida Firmino, e fazemo-la, como sempre, na Segunda Feira do Espírito Santo.

Vitorino Nemésio, um dos Grandes dos Açores, dizia que "as festas do Espírito Santo enchem a primavera das ilhas de um movimento fantástico, como se os homens e mulheres, imitando os campos, florissem."

E se assim é, por estes dias, em qualquer uma das ilhas dos Açores, aqui, nesta ilha do Pico, a tal que, no passado, foi, simplesmente, do futuro, mas que, hoje, também, ancorando-se no seu passado, na sua memória e na sua história colectiva, faz com que o futuro seja cada vez mais presente, essa celebração tem um significado especial.

Na verdade, ela convoca-nos para assinalar a relação umbilical e efetiva entre as raízes mais profundas da nossa identidade e a nossa afirmação política e institucional.

Uma saudação especial aos agraciados com as Insígnias Honoríficas Açorianas, os quais o Parlamento, órgão máximo da nossa Autonomia, entendeu distinguir pelos seus percursos e contributos para o nosso desenvolvimento e para a nossa afirmação como Povo.

Este é, também, o dia em que celebramos a nossa Autonomia porque, efetivamente, ela foi, e é, bem para além da artificialidade da retórica ou das querelas, a expressão política e institucional que, resultando da tensão criadora de diversas perspetivas e propostas, tem sido capaz de responder, em concreto, às legítimas ambições de progresso e desenvolvimento do Povo Açoriano.

Mais um ano se passou no trajeto que temos feito de recuperação económica e social dos anos de chumbo a que não escapámos e que tanto nos afligiram.

Um ano no qual os mais diversos setores de atividade económica deram sinais evidentes e consistentes de uma recuperação há muito ambicionada, há muito esperada.

Ao nível do Emprego, no primeiro trimestre deste ano, atingimos 15 trimestres sucessivos com descidas homólogas da taxa de desemprego, e entramos já no sexto trimestre sucessivo de aumento homólogo da população empregada.

No que respeita à criação de riqueza na nossa Região, os dados oficiais, embora provisórios, indicam que, em 2017, os Açores ultrapassaram, pela primeira na sua história, a fasquia dos quatro mil milhões de euros de riqueza produzida num só ano.

Se quisermos recuar um pouco mais, aos anos de 2015 e 2016, podemos também constatar que, de entre todas as regiões do País, os Açores é aquela que mais cresce, sempre acima da média nacional.

No Turismo, 2017 foi o ano em que, com mais de 2,3 milhões de dormidas e cerca de 800 mil hóspedes, batemos recordes, não só nesses indicadores, mas também em termos de proveitos, com cerca de 90 milhões de euros gerados nessa atividade.

E, se é certo que, em algumas áreas da nossa economia, os sinais de recuperação não são tão intensos quanto nós gostaríamos – refiro-me, por exemplo, aos casos do preço do leite pago aos nossos agricultores ou ao rendimento que os nossos pescadores retiram da sua atividade -, o facto é que é possível hoje afirmar que, bem para além dos setores e indicadores que vos referi, os Açores estão a fazer um caminho intenso, consistente, efetivo e verificável de recuperação e crescimento económicos.

Mas, mesmo perante esses dados, interessa também afirmar, de forma clara e inequívoca, que não há tempo nem espaço para deslumbramentos individuais ou coletivos.

Mais do que um motivo de satisfação, o caminho percorrido e, sobretudo, os resultados alcançados, naquilo que têm de recuperação, de melhoria e de crescimento, constituem para nós um poderoso incentivo para, comprovado o mérito global do trajeto que temos delineado, corrigir o que se impõe corrigir, melhorar o que já está a ser bem feito e fazer o que ainda falta fazer.

Tudo isto com permanente sentido de inovação, de transformação e de mudança, com o questionamento crítico das nossas próprias propostas e, igualmente importante, nunca prescindindo, quer por dever, quer, sobretudo, por convicção, da crítica construtiva, da participação e das sugestões que são melhores do que as nossas, nunca prescindindo do diálogo gerador de consensos e de soluções.

É também por isso que hoje julgo importante partilhar convosco uma abordagem a três dos desafios com que os Açorianos estão confrontados.

Um dos setores em que o trabalho feito resulta de uma verdadeira aliança entre Governo e privados é o da criação de emprego.

Aqui chegados, entre uma atitude em que nos bastemos com esses resultados e outra em que, permanentemente, monitorizamos e procuramos reforçar esse trajeto e melhorar os resultados, o Governo dos Açores envereda, convicta e enfaticamente, pela segunda abordagem.

Em primeiro lugar, porque o caminho feito e aquilo que já alcançámos nada dizem ou pouco relevam para quem ainda procura um emprego, para quem procura um novo emprego, ou, simplesmente, para quem está agora a entrar no mercado de trabalho.

Mas também porque entendemos que é tempo de nos debruçarmos sobre um desafio que tem vindo a ganhar premência crescente na nossa economia e na nossa sociedade e que é o da qualidade do emprego.

Falo-vos, em especial, mas não exclusivamente, das questões relativas à remuneração e à precariedade.

Ao Governo, não basta que os Açorianos tenham mais emprego.

O Governo não se pode bastar com a simples criação de medidas de apoio às empresas ou aos trabalhadores, com os incentivos ao investimento ou com os apoios à empregabilidade.

Queremos também trabalhar para que haja melhor emprego.

Da nossa parte, Governo dos Açores, em finais do ano passado, tomamos já, no âmbito do Conselho de Governo Extraordinário sobre Emprego e Economia, realizado a 22 de novembro, um conjunto de medidas destinadas a ajudar à concretização desse objetivo.

É o caso, para referir apenas algumas, da criação do Programa Estabilidade Laboral Permanente, que apoia a celebração de contratos de trabalho sem termo; é o caso do Programa EMPREGO+ de fomento à criação de postos de trabalho permanentes e duradouros no âmbito dos projetos candidatados ao Sistema de Incentivos COMPETIR+; é o caso, por último, do aumento da exigência quanto ao número mínimo de postos de trabalho a criar para que um projeto de investimento privado seja beneficiário, como Grande Projeto, desse sistema de incentivos.

No entanto, esse desafio da qualidade do emprego exige um envolvimento maior e, sobretudo, um compromisso da parte de todos para que, com todos, nos seja mais fácil alcançar o objetivo de termos, na nossa Região, cada vez melhor emprego.

Um setor, em especial, apresenta ainda uma grande margem de progressão para obtermos melhores resultados.

Com efeito, o desenvolvimento sustentado do setor turístico na nossa Região não pode ser apenas sinónimo de recordes nas taxas de crescimento das dormidas, de crescimento no número de hóspedes ou de crescimento nos proveitos.

Esse período de crescimento não pode deixar também de se traduzir, na prática e efetivamente, na melhoria das condições de trabalho, desde logo, ao nível remuneratório e ao nível da estabilidade e segurança desse relacionamento laboral.

E, se o crescimento excecional que esse setor tem vivido constitui, por si só, motivo para ambicionarmos para os Açorianos melhores condições de trabalho nessa atividade, há uma outra circunstância de importância não despicienda para que essa seja uma matéria alvo de redobrada atenção e permanente acompanhamento.

Com efeito, durante o período de crise profunda que o Turismo viveu na nossa Região, as circunstâncias exigiram de todos, empresários e trabalhadores, um esforço acrescido, sacrifícios adicionais, para garantir a sobrevivência do setor turístico regional.

Hoje, não pode deixar de ser exigível que também todos possam beneficiar dessa fase de afirmação, crescimento e prosperidade.

Assim é para o Turismo, mas também assim deve ser para os restantes setores de atividade económica.

E é, por isso, que quero aqui deixar um convite e um apelo, não só a cada um dos empresários e trabalhadores desse setor, mas também às suas organizações representativas, como por exemplo, as Câmaras do Comércio e as estruturas sindicais, desde logo a UGT/Açores e a CGTP/IN.

E esse convite e apelo é para que, em especial no setor turístico, à semelhança do que, muito recentemente aconteceu, com o empenho de todos os intervenientes, no setor das Pescas, criem, ou reforcem, os canais ou espaços de diálogo e concertação que possam conduzir a uma melhoria da remuneração e ao sucesso no combate à precariedade do emprego na Região.

Esse é um trabalho, julgo importante também dizê-lo, que, pelo menos numa primeira fase, não tem de passar pelo Governo, mas para o qual estamos disponíveis e prontos a participar, caso a nossa intervenção seja solicitada.

Um segundo desafio tem a ver com a forma como nos posicionamos, do ponto de vista estrutural, face ao momento atual de dinamismo e vitalidade da nossa economia.

Na verdade, para além daqueles que são os indicadores dos dias que correm, é fundamental não descurarmos o trabalho de desbravar novos caminhos e novas áreas de desenvolvimento para a criação de emprego e para a geração de riqueza, as quais sirvam o objetivo maior de sustentabilidade do nosso progresso e do nosso desenvolvimento e que encontra, na diversificação da nossa economia, um dos seus pilares essenciais.

É nesse contexto que o Mar dos Açores assume uma redobrada importância e atualidade como um dos elementos que encerra um elevado potencial para a realização desse objetivo.

O cabal e efetivo aproveitamento pelos Açorianos desse potencial assume também a natureza de desafio para o qual nos devemos mobilizar como Povo e como Região.

Seja no âmbito da melhoria da forma como os transportes marítimos podem alavancar o nosso crescimento económico, seja no âmbito da melhoria da competitividade das

nossas Pescas, seja, ainda, no domínio da exploração dos recursos que encerra o leito oceânico ou o mar profundo, esse é um domínio em que a margem de progressão e de reforço da sua contribuição para o nosso desenvolvimento é gigantesca.

Afinal, e como bem diz Manuel Alegre, “não há palavra com tanto mar como a palavra Açores”.

Mas, prévia a essa questão, em especial à parte relativa à exploração e aproveitamento dos recursos do leito oceânico e do mar profundo, está a questão do claro e cabal reconhecimento dos poderes e direitos que a Região não pode deixar de ter na definição dos termos e modos de utilização desses recursos.

Assume, assim, importância decisiva a alteração da atual Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo no sentido de garantir aos Açores e aos Açorianos a capacidade de decisão sobre um recurso que, relevando para todo o país, - basta ter presente a importância que o Mar dos Açores assume para o projeto nacional de extensão da plataforma continental -, é, em primeiro lugar, um recurso açoriano.

E como recurso açoriano que é, não pode deixar de ser colocado, também, ao serviço do desenvolvimento dos Açores e do progresso e bem estar dos Açorianos.

A solução de distribuição de competências entre a República e a Região que foi aprovada em 2014 não corresponde, nem satisfaz, este nosso objetivo, e é por isso que consideramos, acompanhados pelo parecer do anterior Provedor de Justiça, que uma das fórmulas de “atender à defesa dos interesses das Regiões Autónomas”, é que a Assembleia da República “repondere a solução consagrada” na já referida Lei de Bases.

O Governo dos Açores, desde a tomada de posse do atual Governo da República, que tem desenvolvido, com este, um aturado, diligente e bem fundamentado trabalho de diálogo e de concertação sobre essa matéria.

Mas o tempo urge!

E urge porque pretendemos que nos Açores, no âmbito da entrada em funcionamento do próximo quadro de fundos europeus, estejamos já de pleno direito, e em toda a sua extensão, a exercer as nossas competências sobre o nosso Mar, em favor dos Açorianos, isto é, em favor da sua qualificação, da sua empregabilidade e do seu empreendedorismo.

É por isso que, reafirmando a total abertura e disponibilidade para a obtenção de uma solução de consenso no âmbito desse diálogo com o Governo da República, entendemos que a maturidade dos argumentos e do diálogo em que nos envolvemos até este momento torna este o tempo de seguir em frente.

E seguir em frente, neste caso, significa também abrir novas vias de solução para esse assunto.

É chegado, pois, o tempo de avançarmos na obtenção de uma solução adequada aos interesses dos Açores e dos Açorianos e estamos convictos de que a mesma não deve esperar, nem deve estar dependente de qualquer revisão da Constituição ou do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Assim, até ao final do próximo mês de julho, o Governo dos Açores dará entrada no Parlamento dos Açores de uma anteproposta de lei de alteração à Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, a qual, uma vez aprovada, deverá ser enviada à Assembleia da República a fim de ser corrigido o que interessa corrigir para salvaguarda do interesse dos Açores e dos Açorianos.

Convido-vos a que abordemos um terceiro desafio com que estamos confrontados e que se assume de importância decisiva para o nosso futuro coletivo.

Refiro-me à negociação do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027.

E o início da abordagem a este assunto passa exatamente pela questão da nossa legitimidade para uma pronúncia e intervenção nesse domínio, a qual não se reduz, nem pode ser reduzida, à qualidade de, como tantas outras regiões europeias, sermos beneficiários das políticas e dos recursos comunitários.

A participação açoriana, e quem diz açoriana poderia dizer a de outras regiões, ou até países, é a de um sujeito de pleno direito do processo de construção europeia.

Se há valor que não pode, nem deve, ser arredado deste debate é, desde logo, aquilo que os Açores, como Região, e como região ultraperiférica, trazem e significam para a União Europeia.

“As regiões ultraperiféricas são um ativo extraordinário para a União Europeia. Enriquecem a U.E. económica, cultural e geograficamente. Dão-lhe acesso estratégico

aos mares e fornecem-lhe ativos naturais únicos, albergando 80% da sua biodiversidade".

"Existe uma clara necessidade de intensificar esforços no sentido de permitir que as regiões ultraperiféricas retirem todos os benefícios da adesão à União Europeia e da globalização."

Estes são dois excertos da Comunicação da Comissão Europeia denominada "Uma Estratégia reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da União Europeia", as quais, pelas palavras da própria Comissão Europeia, reforçam o entendimento sobre a mais-valias que essas regiões representam para a Europa.

Um segundo aspeto prende-se com o pretenso argumento com que alguns tentam condicionar o debate sobre esta matéria e que consiste na distinção ardilosa entre supostos beneficiários líquidos e contribuintes líquidos.

Assim, como se pretendessem induzir, sub-repticiamente, a ideia de que quem paga manda e que quem recebe deve mostrar-se agradecido e calado.

O argumento dos beneficiários e contribuintes líquidos é capcioso e só pode ser utilizado por quem pretende um enviesamento do debate.

Com efeito, se tivermos presente a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, datada de 14 de fevereiro passado, é evidente, e por aí se prova, que todos os países são beneficiários da União, se às contribuições orçamentais, somarmos os benefícios que resultam da pertença ao Mercado Único.

Para tomarmos talvez o exemplo mais significativo, basta referir o caso da Alemanha, que, em termos orçamentais, apresenta um saldo negativo médio anual, no período de 2014/2020, de -13,5 mil milhões de euros, o mais elevado desses saldos.

O facto é que se estima que, por pertencer ao Mercado Único, tenha benefícios na ordem dos cerca de 120 mil milhões de euros, o valor mais elevado desses benefícios.

Isto é, o que importa realmente refirmar é que o debate sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 não é um debate entre quem paga e quem recebe, mas sim entre todos aqueles que beneficiam, a título diverso, é certo, da sua pertença à União Europeia.

Aqui chegados, e mesmo que também concordemos com a afirmação que consta da Comunicação da Comissão sobre as RUP, quando refere que “nem todas as soluções para os desafios das regiões ultraperiféricas podem ser encontradas ao nível da União Europeia”, a questão que se coloca no âmbito da proposta da Comissão sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual é se o compromisso efetivo da Comissão consegue estar à altura das suas declarações.

A verdade é que nesta proposta a Comissão fica aquém daquilo que proclama e diz defender.

Em especial no que diz respeito à Política de Coesão e à Política Agrícola Comum, afirmamos de forma muito clara que a proposta da Comissão não é um ponto de partida satisfatório, tendo em conta aquelas que são as exigências do momento que a UE vive.

A pergunta impõe-se:

Pode esta União, atingida por uma crise que ainda tem muitas feridas por sarar, dar-se ao luxo de fragilizar, deliberada e conscientemente, o seu principal instrumento de investimento e coesão nas regiões, responsável, entre 2007 e 2012, pela criação de quase 600 mil empregos, pelo apoio a cerca de 200 mil pequenas e médias empresas, pela formação anual de mais de 15 milhões de europeus, através do Fundo Social Europeu, e pela ajuda ao arranque da atividade de perto de 80 mil empresas?

Suscita, pois, sérias reservas a estratégia que parece transparecer nessa proposta de, ao mesmo tempo que se acena com as consequências que resultam do chamado Brexit, se aproveitar esta oportunidade para, mantendo o volume financeiro global, desviar recursos das políticas geridas pelos Estados-membros e pelas regiões, como é o caso da Política de Coesão e da PAC, para concentrar recursos nas políticas geridas diretamente por Bruxelas.

Aliás, este quadro, a ser aprovado nos termos propostos pela Comissão, será o primeiro em que o valor dos recursos afetos a programas geridos diretamente por Bruxelas é superior à soma das duas principais políticas geridas pelos Estados e regiões, isto é, as Políticas de Coesão e Agrícola Comum.

Talvez ainda seja tempo de, nessa componente, alguém gritar que “o rei vai nu!”

E mesmo no âmbito mais regional, em especial no chamado POSEI, há sérias dúvidas e reservas quanto ao que pretende a Comissão, quer para o POSEI Agricultura, quer para o POSEI Pescas.

Esse é um programa de importância vital para a Agricultura e para as Pescas das regiões ultraperiféricas, em geral, e para os Açores, em particular.

Importa, por isso, tornar claro, aqui, em Lisboa e em Bruxelas, que é inadmissível que sequer se coloque a hipótese de reduzir, mesmo que residualmente, as verbas destinadas ao POSEI Agricultura com o objetivo de colmatar os cortes que a Comissão pretende introduzir nas verbas da PAC atribuídas a cada país.

E consideramos essa matéria de tal forma importante e decisiva para os Açores, que a mesma não pode passar sem uma tomada de posição pública, clara, inequívoca e, sobretudo, esclarecedora, do nosso país.

Os Açores que teremos nas próximas décadas depende de todos e de cada um, do modo como cada Açoriano, na sua esfera de atuação quotidiana, dá o seu melhor para que, com o esforço e o empenho de todos, possamos cumprir a missão de deixarmos às gerações dos nossos filhos uma Região ainda melhor do que aquela que hoje temos.

É isto que nos é exigido pelas circunstâncias do nosso tempo.

É isto que impõe a convicção e a certeza de que, em cada Açoriano, “há um orgulho intenso na palavra Açor”!

Viva a Autonomia!

Vivam os Açores!”